

Senhor Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro,

Portugal tem vivido, nos últimos anos, mergulhado numa instabilidade política quase permanente. Governos interrompidos, eleições antecipadas e uma crescente desconfiança na capacidade das instituições políticas para responder aos desafios estruturais do país. Neste ciclo de indefinição, quem mais tem pago o preço são os jovens.

Hoje, milhares de jovens portugueses — mesmo após anos de formação — continuam a sair tarde de casa, a ganhar salários baixos e a encarar a emigração como única perspetiva de futuro. Esta não é uma geração desinteressada: é uma geração esgotada por esperar. Esperar por políticas públicas que correspondam às suas ambições, por um país que os queira cá, por um futuro que não seja apenas promessa — mas um objetivo coletivo e alcançável.

A urgência de agir nunca foi tão clara. Um estudo recente do Centro de Estudos da Federação Académica do Porto revela que mais de 73% dos jovens ponderam emigrar após concluírem o Ensino Superior, sobretudo em busca de melhores salários e condições de vida. Esta tendência poderá significar, nas próximas décadas, uma perda líquida superior a 95 mil milhões de euros para a economia portuguesa — o equivalente a um terço do nosso Produto Interno Bruto. Não estamos apenas a perder pessoas. Estamos a perder o futuro.

Por isso, é tempo de compromisso. De visão. De estabilidade.

Precisamos que os partidos moderados encontrem um caminho comum que vá além do calendário eleitoral e se comprometam com uma estratégia de médio e longo prazo, focada na juventude portuguesa. É essencial construir um **pacto de regime** que assegure políticas públicas consistentes e ambiciosas, capazes de garantir que quem nasce, cresce e estuda em Portugal possa também aqui viver, trabalhar e prosperar.

Neste contexto, propomos quatro eixos fundamentais de ação:

#### 1. Reforço da ação social e reorientação do investimento no Ensino Superior

É necessário abandonar medidas pontuais e ineficazes, como a devolução de propinas, e apostar numa ação social mais robusta, eficaz e focada nas necessidades reais dos estudantes, garantindo igualdade de acesso e permanência.

#### 2. Criação de uma Secretaria de Estado do Ensino Superior

Valorizar verdadeiramente o Ensino Superior exige uma estrutura política própria, com autonomia e prioridade dentro da orgânica governativa. Só assim será possível responder de forma coordenada, estratégica e integrada aos desafios da ciência, do conhecimento e da qualificação.

#### 3. Lançamento de um novo plano nacional de alojamento estudantil

Expandir o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, através de uma nova geração de investimento público direto, com o objetivo de garantir soluções habitacionais dignas e a preços acessíveis para todos os estudantes. Paralelamente e como medida de emergência estabelecer, no imediato, uma linha de financiamento específica para as Instituições de Ensino Superior contratualizarem camas com os setores privado e social.

#### 4. Políticas eficazes de retenção de talento e combate à emigração jovem qualificada

No curto prazo, é essencial aumentar o rendimento líquido dos jovens. Propomos, para isso, um reforço substancial do IRS Jovem e a criação de um regime de isenção parcial de contribuições

sociais nos primeiros anos de contratos sem termo — aplicável tanto aos jovens como aos empregadores — de forma a criar condições para que os jovens encontrem, em Portugal, uma perspetiva de futuro real e sustentável.

#### 5. Promoção do bem-estar académico e da conciliação entre vida pessoal e estudo

A implementação progressiva da semana de quatro dias no Ensino Superior é uma medida crucial não só para promover o bem-estar físico e mental dos estudantes, mas também para mitigar as desigualdades sociais agravadas pela crise do alojamento — especialmente para quem, todos os dias, enfrenta longas deslocações devido à falta de alojamento a preços acessíveis.

Valorizar o Ensino Superior, garantir a emancipação dos jovens e reter talento em Portugal não é apenas uma questão de justiça geracional: é uma decisão estratégica para o desenvolvimento do país. A juventude deve afirmar-se como prioridade transversal das políticas públicas — não como nota de rodapé, mas como eixo central da construção do futuro.

Mais do que evitar novas eleições, precisamos de estabilidade nas políticas públicas. Um caminho claro, coerente e continuado, que permita aos jovens projetar e concretizar a sua vida em Portugal. É urgente que os partidos moderados se entendam para assegurar esse caminho — com coragem, com visão e com compromisso.

Estamos disponíveis para colaborar, propor e construir soluções. O que pedimos é simples: que não se continue a adiar o essencial.

Com os melhores cumprimentos,